

Nota sobre 15º Plano Quinquenal (2026-2030) de Desenvolvimento Económico e Social da RPC

Os resultados obtidos durante a vigência do 14º Plano Quinquenal, colocam a China numa posição favorável para enfrentar a profunda mudança que está a ser registada mundialmente em termos de equilíbrio de poderes e de transformação tecnológica e industrial, marcada pelo crescimento do protecionismo e unilateralismo, ao mesmo tempo que os desafios geopolíticos se intensificam, com focos de guerra em várias partes do mundo.

No entanto alguns aspetos da economia chinesa ainda são problemáticos, como uma procura interna fraca. Apesar dos estímulos governamentais o consumo interno continua baixo na sua contribuição para o PIB, alguns estrangulamentos e obstáculos estão a impedir os fluxos económicos, como o atraso na modernização agrícola e rural, a pressão sobre o emprego, por exemplo cerca de 500 milhões de licenciados não encontram empregos à altura da sua qualificação, o crescimento do rendimento per capita que se pretende mais acelerado e mais equilibrado com regiões ainda muito pobres e, algumas dificuldades nos serviços públicos e apoios sociais. O envelhecimento da população apresenta desafios ao desenvolvimento económico e à oferta de serviços próprios para o bem-estar da população com mais de 65 anos, que na China em 2024 era de 14,1%, mais 4,7% do que em 2014.

O 15º Plano pretende resolver alguns destes problemas e projetar a economia chinesa para a autossustentabilidade e para a competição global. A liderança Chinesa classificou este Plano como um Link Crucial no caminho do país para uma modernização fundamental em 2035. A visão emergente

deste Plano foi traçada enquanto a China enfrenta simultaneamente 3 desafios, em primeiro lugar uma grande volatilidade descrita como *“oportunidades estratégicas que existem ao lado de riscos e desafios, enquanto as incertezas e fatores imprevisíveis estão a crescer”*. Em segundo lugar, o modelo de crescimento da China está a mudar, com mudanças populacionais, correções no setor imobiliário e diminuição de retornos no investimento em infraestruturas, sendo necessários novos fatores para manter o ritmo de crescimento. Em terceiro lugar a tecnologia tornou-se fundamental no palco da competição global, o que requiere e pressiona a China para uma inovação autossuficiente e para a resiliência industrial.

Os objetivos fixados pelo Plano são:

1. **Obter resultados significativos no desenvolvimento de alta qualidade.** Nomeadamente conseguir um aumento notável no aumento de consumo interno e na sua contribuição para o PIB. A procura interna deve desenvolver-se num mercado integrado das várias províncias chinesas e ser o principal motor do crescimento económico. O Plano sugere neste objetivo, que algumas cidades e super-regiões terão um papel dinamizador como o Delta do Rio Yangtze e a Área da Grande Baía Guangdong-Hongkong-Macau. Conseguir progressos na industrialização, informatização, urbanização e modernização agrícola, através de novas formas produtivas e fomentando novos padrões de desenvolvimento. Na modernização da indústria os setores da linha da frente são: IA, robótica avançada, computação quântica, semicondutores, biotecnologias e nova geração de tecnologia de informação e aeroespacial, porque eles são fundacionais numa estratégia de

competitividade internacional, resiliência e efeitos multiplicadores de crescimento.

2. **Obter melhorias substanciais na autossuficiência e força científica e tecnológica.** Fortalecendo o desempenho de um sistema de inovação e estabelecendo uma estrutura básica para o desenvolvimento integrado da educação, ciência e tecnologia e recursos humanos. A mensagem deste Plano é clara, a inovação deve levar a um valor no mundo real, transformando os avanços nos laboratórios em capacidade de produção de alto valor escalável.
3. **Conseguir novos avanços no aprofundamento da reforma de forma abrangente.** Modernizando o sistema de governação da China, melhorando a economia socialista de mercado, os sistemas e mecanismos de abertura de alto nível, os standards das instituições e os procedimentos para todo o processo de democracia popular e trânsito para um estágio superior de construção de um país socialista num estado de direito.
4. **Conseguir um notável progresso cultural e ético na sociedade.** Inspirar entre a população confiança na cultura chinesa e nos pensamentos dominantes dos valores socialistas. Aumentar substancialmente a coesão da nação chinesa e um aumento contínuo do soft power chinês.
5. **Conseguir avanços na qualidade de vida.** Fazendo progressos no pleno emprego de alta qualidade, na assistência à infância, na educação e nas redes de segurança social. Os rendimentos pessoais devem aumentar em conformidade com o crescimento económico e os salários devem aumentar em correlação com o

aumento de produtividade. A distribuição de rendimento deverá ser otimizada com o aumento do segmento classe média. O sistema de segurança social deve ser melhorado e os serviços públicos básicos deverão ser mais equitativos.

6. **Conseguir grandes e novos avanços na implementação da Iniciativa a China é Bela.** A forma de trabalhar e viver da sociedade devem ser amigas do ambiente. O objetivo de atingir o pico das emissões de carbono, deve ser conseguido antes de 2030, e um novo sistema de novas energias, com baixas emissões de carbono, seguro e eficiente deve ser implementado.
7. **Conseguir novos avanços no fortalecimento da segurança nacional.** Reforçando o sistema e capacidade de salvaguarda da segurança nacional em vários setores. Notáveis avanços na governação social e pública deverão ser alcançados, realizando progressos sólidos na Iniciativa China Pacífica.

O recente relatório da China Chamber of Commerce na União Europeia sobre o desenvolvimento das empresas chinesas na EU, descreve um cenário em que as empresas chinesas enfrentam crescentes tensões políticas, barreiras regulatórias e incerteza económica, mas também um elevado potencial de cooperação com as empresas europeias em áreas como energia verde, saúde, digitalização e inovação, este contexto traz oportunidades claras e desafios importantes para a cooperação económica e empresarial Portugal-China. Numa tendência crescente, pode-se observar cada vez mais no modo de entrada para os mercados chinês e europeu, as estratégias respetivamente de “Produzir na China para Vender na China” e “Produzir na UE para Vender na UE”, portanto o Investimento Direto

Estrangeiro é o modo de entrada mais seguro e eficaz para estes mercados. O desenvolvimento de parcerias estratégicas de investimento recíproco entre empresas portuguesas e chinesas, irá ao encontro dessas estratégias, quer dizer “Produzir em Portugal para Vender na EU” e também nos Países de Língua Portuguesa” e “Produzir na China” nomeadamente nas super-regiões a que o 15º Plano atribuiu um papel dinamizador, como o Delta do Rio Yangtze e a Área da Grande Baía Guangdong-Hongkong-Macau para “Vender na China” e também nos países da ASEAN Free Trade Area e do Regional Comprehensive Economic Partnership. No Delta do Rio Yangtze inclui-se a Província de Zhejiang terra natal da maioria dos chineses ultramarinos, que escolheram Portugal para viver e trabalhar e na Área da Grande Baía Guangdong-Hongkong-Macau, temos num dos vértices centrais, Macau, onde a presença centenária portuguesa é uma ativo estratégico na cooperação Portugal - China.

As áreas prioritárias de cooperação deverão ser:

- 1- Energia verde – baterias, hidrogénio verde e-mobilidade (setores onde a China lidera).
- 2- Digitalização e IA – saúde digital, cidades inteligentes, logística e portos inteligentes.
- 3- Infraestruturas – ferrovias, logística portuária e hubs multimodais (Sines e Leixões)
- 4- Saúde e biotecnologia- investigação conjunta, medicina tradicional chinesa e produção farmacêutica.
- 5- Cooperação na investigação científica e produção industrial em IA, robótica avançada, computação quântica, semicondutores, biotecnologias, ciências do mar, aeroespacial e na nova geração de tecnologias de informação.

A cooperação nas áreas acima especificadas, coincidem com as especificadas no MoU *“Cooperação na Faixa Económica da Rota da Seda e na Rota da Seda Marítima do Século XXI”*, assinado em 2018 pelos governos de Portugal e China, o que facilitará o desenvolvimento de projetos conjuntos, em Portugal, China ou Terceiros Mercados.